

Padrões de resposta – Direito

QUESTÃO DISCURSIVA 01



Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2018/03/21/Caso-Marielle-completa-uma-semana.-O-que-se-sabe-sobre-o-crime>>.

Acesso em: 27 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO 1

Conforme relatório da organização de defesa dos direitos humanos Anistia Internacional, em 2017, entre 159 países, o Brasil apresentou o maior número de assassinatos de diversos grupos de pessoas, como jovens negros do sexo masculino, pessoas LGBTI+, defensoras e defensores de direitos humanos, grupos ligados à defesa da terra, populações tradicionais e policiais.

Disponível em: <<https://anistia.org.br/noticias/brasil-lidera-numero-de-assassinatos-de-diversos-grupos-de-pessoas-em-2017-aponta-anistia-internacional-em-novo-relatorio/>>. Acesso em: 27 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO 2

Negra, mulher, mãe solteira, bissexual, moradora de favela, aluna da primeira turma do pré-vestibular comunitário da Maré, graduou-se em ciências sociais e realizou mestrado em administração pública. Sua vida fora construída na luta contra todas as estatísticas que fazem a morte, a prisão e a pobreza os destinos mais prováveis para as mulheres e os jovens pretos e pardos neste país.

Um grande mérito pessoal, sem dúvida. Mas Marielle era inteligente demais para deixar-se iludir por uma ideia de meritocracia que ignora as estatísticas, faz que não vê as desigualdades sociais e desconsidera que as pessoas não começam todas do mesmo patamar.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/19/opinion/1521476455_299821.html>. Acesso em: 12 set. 2018 (adaptado).

TEXTO 3

Logo após o assassinato da vereadora Marielle Franco, ocorrido no Rio de Janeiro, em 2018, os compartilhamentos nas redes sociais lançaram, em nível internacional, uma personagem política que, mesmo tendo sido uma das mais votadas na capital carioca, não tinha espaço privilegiado na agenda. Durante a primeira quinzena de março, a coleta de publicações em que se mencionava “Marielle Franco” totalizou mais de 3 milhões e meio de *tweets*. As manifestações expressavam, principalmente, reações de apoio, marcadas por *hashtags* (palavras-chave) como #mariellepresente, #justicaparamarielle, #somostodosmarielle, #mariellelive, mas também circulavam informações falsas que associavam a vereadora a atos ilícitos e mensagens que relativizavam o seu assassinato em função de sua atuação política em favor dos direitos humanos.

Disponível em: <<http://www.labic.net/blog/marielle-presente-mapa-de-tweets-publicados/>>. Acesso em: 12 set. 2018 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, redija um texto que aborde os seguintes aspectos:

- o tensionamento entre a defesa dos Direitos Humanos realizada por Marielle Franco e a produção de notícias falsas após o assassinato da vereadora;
- os prejuízos da produção de notícias falsas para a sociedade democrática.

(valor: 10,0 pontos)

PADRÃO DE RESPOSTA

O estudante deve articular as ideias apresentadas na foto e nos textos 1, 2 e 3. Desse modo, deve relacionar a defesa dos Direitos Humanos no Brasil à disputa de narrativas que se constituíram publicamente, nas redes e nas ruas, a respeito do assassinato de Marielle Franco, envolvendo a produção de uma série de notícias falsas a respeito da vereadora.

De um lado, defendeu-se a ideia da execução da vereadora, em função de sua atuação política como tentativa de silenciamento, desencorajamento e desmobilização dos defensores dos Direitos Humanos. De outro lado, reações de fundo depreciativo tentaram desacreditá-la com ataques à sua imagem e à sua reputação e, até mesmo, culpabilizá-la e relativizar o seu assassinato, acentuando que, no Brasil, a própria noção de defesa dos Direitos Humanos está em disputa e tem sido vista, por uma parcela da sociedade, de forma pejorativa. Tais aspectos revelam que a atuação política de Marielle Franco impactou consistentemente a compreensão das duas visões sobre seu assassinato, o que foi estimulado pela produção das notícias falsas a respeito de sua pessoa.

A política, em uma sociedade democrática, se produz e se constitui no debate de opiniões e de ideias e na disputa legítima de interesses. A produção de notícias falsas ou manipuladas, sem compromisso com a realidade, influencia o debate público de forma

negativa, independentemente de seu teor. Por essa razão, pode ser compreendida como um risco à democracia, pois o fenômeno emerge do interesse de alguns grupos em manipular a opinião dos cidadãos, enviesando o debate público sobre determinado tema. Tal manipulação é incompatível com sociedades democráticas.

QUESTÃO DISCURSIVA 02

TEXTO 1

O Museu Nacional do Rio de Janeiro talvez fosse o lugar mais importante do Brasil dado o seu valor como patrimônio cultural e histórico não só brasileiro, mas mundial. O incêndio ocorrido no início de setembro de 2018 destruiu o lugar que era o símbolo da gênese do país como nação independente e continha um acervo inestimável, não só do ponto de vista da história da cultura e da natureza brasileiras, mas também do acervo de peças de significado mundial.

O Museu Nacional abrigava vários departamentos da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Era um museu de exposição, mas também de pesquisa. A biblioteca de Antropologia, que devia ter uns 200 mil títulos e era um instrumento de trabalho fundamental para a pesquisa de vários docentes, foi construída ao longo de 50 anos, e perdeu-se. Parte pode ser recuperada, mas os fósseis, os insetos, as coleções de estudo, são insubstituíveis.

Outra perda incalculável refere-se ao material do acervo relativo a povos que foram destroçados pelo colonialismo europeu e que estavam ali como testemunhas mudas da história da invasão da América.

Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/09/04/culturaipilon/entrevista/eduardo-viveiros-de-castro-gostaria-que-o-museu-nacional-permanecesse-como-ruina-memoria-das-coisas-mortas-1843021>>. Acesso em: 10 set. 2018 (adaptado).

TEXTO 2

Ao consumir parte significativa do acervo de 20 milhões de peças da instituição, o incêndio arrasou também anos de trabalho e afetou, de forma irremediável, a pesquisa, com impactos na ciência brasileira e internacional. Segundo uma pesquisadora dessa instituição, apesar de o foco muitas vezes permanecer na perda do passado, quando perdemos um acervo que era usado para fazer pesquisa, perdemos também o futuro.

Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/>>. Acesso em: 10 set. 2018 (adaptado).

Considerando os trechos apresentados, redija um texto a respeito da importância dos museus para a sociedade contemporânea sob o ponto de vista da memória e das perspectivas de futuro, abordando três aspectos da função social dessas instituições. (valor: 10,0 pontos)

PADRÃO DE RESPOSTA

Em seu texto, o estudante deve apresentar argumentos que sustentem a importância dos museus para a sociedade contemporânea, considerando três dos seguintes eixos argumentativos:

1. Preservação de memória e políticas da identidade. A identidade de um povo depende da memória. Resguardar a memória de grupos sociais, como, por exemplo, a proteção das memórias dos povos tradicionais, indígenas e quilombolas, é condição indispensável para que possam ser reconhecidos em suas particularidades; os museus podem servir como referência para a sociedade em que estão inseridos. Espaços museológicos contribuem para o acesso e a democratização da memória. A cultura material pode ajudar a reconstituir trajetórias de grupos sociais.
2. Educação e Cultura. Os museus oferecem acesso a informações, conhecimentos e bens culturais a públicos de diferentes esferas da vida social. São espaços que podem propiciar a ampliação do campo de percepção para a construção de outros entendimentos sobre o

mundo. Por meio de exposições para a sociedade, podem oferecer ao público possibilidades diversas de se conhecer a história de grupos, de territórios, da natureza, de arte, a depender do tipo de acervo que coleciona. Desse modo, pode fomentar, por meio de atividades pedagógicas, educacionais ou mesmo de lazer, práticas reflexivas sobre o patrimônio cultural.

3. Produção de pesquisas e de conhecimentos

3.1. As informações sobre os diversos grupos sociais possibilitam produzir conhecimento sobre diferentes modos humanos de existir, recriar a própria história da humanidade e pensar diversos futuros possíveis.

3.2. O acervo de museus preserva e disponibiliza material biológico, registros geológicos e informações catalogadas para realização de pesquisas. Nesse sentido, podem ser considerados espaços de preservação de patrimônio natural.

3.3. O conhecimento exposto em museus é reflexo da pesquisa feita na instituição, que também é comunicada a outro público pelos artigos em periódicos científicos.

4. Turismo e impacto cultural e econômico.

A relação entre museu e atividades ligadas ao turismo, considerando o impacto cultural e econômico da região. Os visitantes integram a ida ao museu como parte de uma atividade turística, mas também cultural, na medida em que tomam conhecimento sobre a cultura e a história de determinados grupos, sociedades e países.

QUESTÃO DISCURSIVA 03

TEXTO 1

No dia 03 de abril de 2017, um refugiado da Síria, nação que vive violenta guerra civil desde 2011, foi atacado em Copacabana, bairro localizado na Zona Sul do Rio de Janeiro. Mohamed Ali, vendedor de esfirras e quitutes árabes, foi agredido por um homem por causa do ponto de venda. No vídeo disponível em redes sociais, pode-se perceber um homem com dois pedaços de madeira nas mãos gritando: “saia do meu país! Eu sou brasileiro e estou vendo meu país ser invadido por esses homens-bombas que mataram, esquartejaram crianças, adolescentes. São miseráveis”. O mesmo homem ainda afirma: “Essa terra aqui é nossa. Não vai tomar nosso lugar não”.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/refugiado-sirio-atacado-em-copacabana-saia-do-meu-pais-21665327>>. Acesso em: 28 jun. 2018 (adaptado).

TEXTO 2

A Lei nº 9.474/1997 dispõe sobre o instituto do refúgio. Por meio dela pode-se aferir se uma pessoa é refugiada, quais direitos específicos ela possui e a quais obrigações está vinculada, sem prejuízo dos deveres e direitos outorgados de maneira *erga omnes* aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no Brasil, conforme estabelecido na Constituição Federal e em leis infraconstitucionais. As pessoas reconhecidas como refugiadas apenas vinculam-se à Lei nº 9.474/1997 nos aspectos específicos nela indicados.

BARRETO, L. P. T. F. (org). **Refúgio no Brasil**: a proteção brasileira aos refugiados e seu impacto nas Américas. Brasília: ACNUR, Ministério da Justiça, 2010 (adaptado).

Considerando os textos apresentados e a inserção do Brasil nas organizações de defesa dos direitos humanos, atenda ao que se pede nos itens a seguir.

- a) Apresente, a partir do sistema jurídico de proteção dos direitos humanos, dois fundamentos jurídicos que asseguram o tratamento a ser conferido a cidadãos natos e refugiados no Brasil. (valor: 4,0 pontos)
- b) Apresente, na esfera cível, a consequência jurídica pelo ato praticado pelo cidadão brasileiro. (valor: 3,0 pontos)

PADRÃO DE RESPOSTA

- a) O estudante deve apresentar dois dos seguintes fundamentos jurídicos que asseguram o tratamento a ser conferido a cidadãos natos e refugiados no Brasil: igualdade, dignidade, não discriminação com base na cor, etnia, religião, e neste caso específico, origem. Não se permite no modelo pátrio nenhuma distinção que possa vir a colocar o refugiado em situação de maior debilidade do que já se encontra. O refugiado, além dos direitos constantes na sua lei específica, deve ter resguardados todos os direitos previstos, especialmente as garantias individuais, como as do art 5º e 7º da CRFB. Assim, tanto as condições de moradia, trabalho digno, não discriminação, entre todas as garantias individuais previstas por nossa carta constitucional deverão ser preservadas aos refugiados. Podem ser considerados, ainda, os seguintes aspectos: a necessidade de assegurar o direito à saúde de forma ampla; o direito à educação dos refugiados; a aplicação do Pacto San Jose da Costa Rica e suas consequências jurídicas; o princípio da solidariedade; a liberdade de locomoção.
- b) O estudante deve explicar que, na esfera cível, o ofensor pode ser responsabilizado a reparar os danos morais praticados, bem como os eventuais danos materiais existentes.
- c) O estudante deve explicar que, na esfera penal, o cidadão brasileiro responderá pelo crime de injúria racial (por associar a imagem da vítima a de homens-bomba) e pelo crime de ameaça (portava pedaços de pau e agia de forma ameaçadora).

QUESTÃO DISCURSIVA 04

A sociedade contemporânea vive o fenômeno das mídias digitais de forma intensa. Nelas, são veiculadas diariamente notícias verdadeiras e também *fake news*. Em algumas oportunidades, reconstroem fatos que causam traumas àqueles que viveram o evento ou que expõem em demasia ao público aquilo que se pretende privado. O mundo virtual é capaz de causar danos, riscos terminais à privacidade e à autonomia individual, emanados da ampla abertura da arena pública aos interesses privados [e também o inverso], e sua gradual mas incessante transformação numa espécie de teatro de variedades dedicado à diversão ligeira.

BAUMAN, Z. *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 (adaptado).

A partir das ideias apresentadas, redija um texto acerca do direito ao esquecimento na sociedade da informação, abordando, necessariamente, os aspectos a seguir:

- os direitos da personalidade em diálogo com os direitos fundamentais como meio de prevenção de danos;
- um fundamento jurídico que ampare o direito ao esquecimento;
- um fundamento jurídico que garanta o direito à informação.

(valor: 10,0 pontos)

PADRÃO DE RESPOSTA

O estudante deve percorrer o seguinte trajeto teórico-argumentativo: (valor: 6,0 pontos)

- Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana;
- O direito à intimidade e à privacidade como direito da personalidade;
- A aplicação e/ou eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais;
- A tutela dos direitos da personalidade no Código Civil e na Constituição Federal.
- A tutela na legislação especial: Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e a Lei 12.735/2012.

Quanto aos fundamentos jurídicos que amparam o direito ao esquecimento, o estudante deve apresentar um dentre os destacados a seguir. (valor: 2,0 pontos)

- A superexposição do caso, renovando fatos antigos;
- A possibilidade de colisão e a necessidade de ponderação entre o direito à informação e o da proteção à exposição da imagem;
- Conteúdo que viole a imagem da pessoa;
- Direito à privacidade;
- Proteção de dados pessoais.

Quanto aos fundamentos jurídicos que garantem o direito à informação, o estudante deve apresentar um dentre os destacados a seguir. (valor: 2,0 pontos)

- A possibilidade de colisão e a necessidade de ponderação entre o direito à informação e o da proteção à imagem;
- Preservação da memória;
- Interesse público;
- Acesso à informação;
- Liberdade de expressão;
- Princípio da publicidade;

- Princípio da transparência.

QUESTÃO DISCURSIVA 05

Uma moradora da cidade de Oito Amores propôs ação de divórcio direto litigioso cumulada com as de alimentos e guarda de filhos menores em face de seu cônjuge. Na petição inicial, esclareceu que não tinha interesse na realização da audiência de conciliação ou de mediação. O magistrado, ao receber a inicial, considerou preenchidos os requisitos da petição e determinou a citação do réu, designando audiência preliminar nos termos do art. 334 do Código de Processo Civil (CPC/2015). O réu contratou advogada que o instruiu, estimulando-o a comparecer à audiência, apesar do manifesto desinteresse da autora, bem como enfatizou a importância da construção de soluções consensuais.

Considerando o caso apresentado, analise a conduta da advogada do réu, com base no modelo de processo adotado pelo CPC/2015, em especial, no que diz respeito às normas fundamentais norteadoras dos diversos meios de solução dos conflitos. (valor: 10,0 pontos)

PADRÃO DE RESPOSTA

O estudante deve explicar que a conduta da advogada está de acordo com o exercício ético do Direito e com a promoção do desenvolvimento da cidadania. Deve explicar, também, que a mediação e a conciliação têm sido reconhecidas como importantes técnicas para a solução adequada dos conflitos, tanto no âmbito judicial quanto na esfera extrajudicial, principalmente na resolução de conflitos familiares, pois têm como objetivo o atendimento de uma forma mais acessível e menos traumática. Deve considerar, ainda, que a legislação brasileira, a partir da nova lei da mediação, Lei nº 13.140/2015, e também por meio do Código de Processo Civil vigente, apresenta mudanças significativas acerca dos institutos da mediação e da conciliação, notadamente quanto ao amplo incentivo à autocomposição. No que diz respeito aos conflitos familiares, o estudante deve explicar que as consequências resultam, muitas vezes, em sequelas irreversíveis, afetando não somente os cônjuges, mas os filhos, refletindo na quebra dos laços familiares por toda a vida. Nesse sentido, o estudante deve considerar que a advogada, no caso exposto, agiu adequadamente com seu cliente sobre as características, peculiaridades e benefícios da mencionada técnica, na perspectiva de que a mediação é um mecanismo de autocomposição e que pode contribuir para a resolução do litígio e para que, a partir da sua aplicação, seja obtida a efetividade dos processos, permitindo acesso à justiça e a realização da justiça material.